

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Age e confia

A corrida de Jorge Messias mal começou, mas o que se diz entre assessores palacianos é que “Lula não indicaria Messias se não houvesse votos para aprovar”.

Fumaça & fogo

À esquerda e à direita, os adversários do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), prometem manter a pressão enquanto houver fôlego. São dois grupos de olho nas vagas ao Senado em 2026. Ibaneis terá apenas apoios ao centro. E olhe lá.

Inclua-a fora dessa

Até aqui, os adversários não encontraram nada que ligue a vice-governadora Celina Leão (PP) à pressão para que o BRB comprasse o Master. Dizem que ela está fora desse imbróglcio.

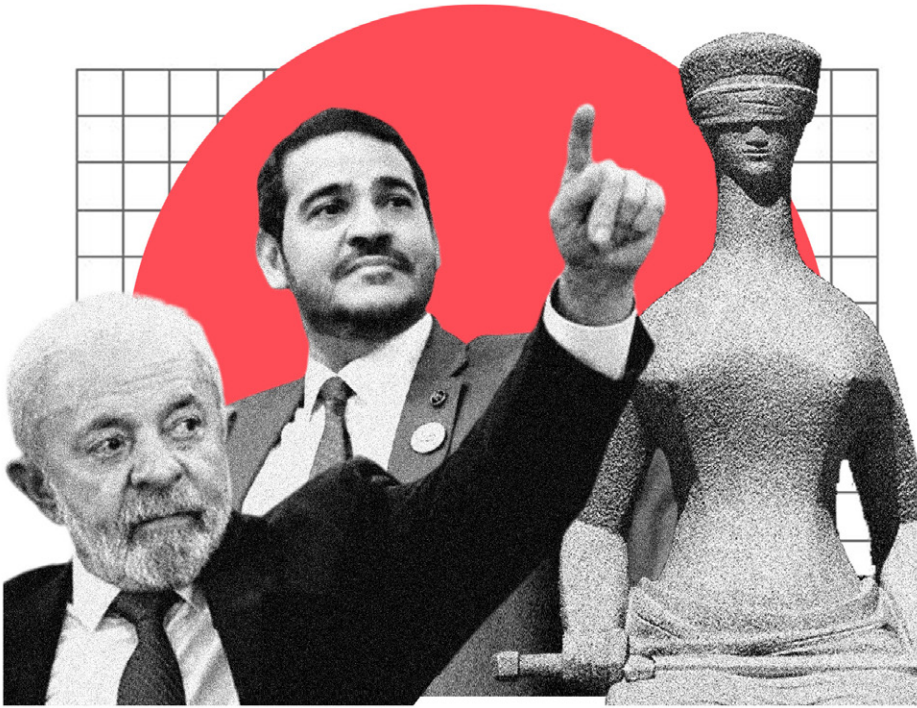
Serviço caseiro

A retirada das tarifas sobre o café e a carne do Brasil é a saída do presidente dos EUA, Donald Trump, para tentar baixar os preços desses produtos por lá e melhorar a própria imagem entre os americanos.

Messias foi questão de “prerrogativa”

A indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF), em pleno feriado, foi feita em tempo de colocar tudo em votação este ano — e deixar claro e de forma “inequívoca” que o presidente da República não abrirá mão de suas prerrogativas constitucionais. Quanto aos votos, nunca antes na história deste país um chefe do Planalto perdeu uma indicação à Corte, nem Jair Bolsonaro. Com base nisso, Luiz Inácio Lula da Silva tem a certeza de que a aprovação de seu escolhido pode até demorar um pouquinho, mas a expectativa é boa, nem que seja pelo número mínimo, 41 votos.

Por falar em votos.../ O senador Davi Alcolumbre (União-AP), à época de Jair Bolsonaro, tinha o poder de marcar a sabatina. Desta vez, enquanto presidente da Casa, é quem tem a função de fazer a leitura em plenário e enviar à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). E não há prazo definido para que isso seja feito. O parlamentar disse a amigos que só tratará desse tema na próxima semana. O Congresso tem praticamente mais 20 dias de funcionamento com casa cheia este ano. Lula pode até ter os 41 votos, mas a prerrogativa do tempo agora pertence a Alcolumbre, que, tal e qual o petista, não abrirá mão de suas funções constitucionais e regimentais.



CURTIDAS

Divulgação



Mecias apoia Messias/ Jorge Messias começa a angariar apoios para o STF. “Fui um dos primeiros a manifestar apoio ao nome de Jorge Messias caso ele fosse indicado do governo para o STF, porque conheço sua trajetória e sua capacidade. Messias é advogado-geral da União e chegou a esse posto por mérito, competência e sólida formação. Sua qualificação técnica supera debates ideológicos. Além disso, é alguém que preserva valores importantes à sociedade brasileira, como a defesa da família e dos princípios cristãos, dos quais comunga como evangélico”, diz o senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR).

E tem torcida/ O ministro escolhido por Lula não estará sozinho no périplo entre os senadores. Quem comeu o pão que o diabo amassou à espera da sabatina, em 2021, e promete conversar com os conservadores em busca de votos pró-Messias é André Mendonça. E certamente será atendido.

E o Sabino, hein?/ O ministro do Turismo, Celso Sabino, foi o primeiro a sair em defesa de Belém quando a fumaça do incêndio ainda dominava parte das dependências da COP30. O governo local e o federal ficaram satisfeitos ao ouvirem de Sabino que isso poderia ter ocorrido em qualquer lugar do mundo.

Foi “punk”/ Essa COP30, aliás, colecionou outros imprevistos que podem acontecer em qualquer lugar: banheiros sem água, ar-condicionado sem funcionamento e preços abusivos por lanches e hospedagens. Em 30 COPs, foi a primeira vez que a zona azul pegou fogo.

GOLPE DE ESTADO

PSol pede prisão de Ramagem

Parlamentar foi flagrado nos Estados Unidos, mesmo proibido de deixar o país devido à condenação pela trama golpista

» DANANDRA ROCHA

O deputado federal Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ) protocolou, ontem, um pedido de prisão imediata no Supremo Tribunal Federal (STF) para o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), condenado pela Corte por participação na tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. A ação veio depois da publicação de fotos do ex-presidente da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em Miami, nos Estados Unidos. A Câmara dos Deputados informou que não foi comunicada da saída do parlamentar do país e que não houve pedido de afastamento nem aviso prévio à Presidência da Casa.

As fotos foram publicadas pelo site Platô.br e mostram Ramagem em um condomínio de luxo na cidade costeira americana. Ele estava proibido de deixar o país e teve o passaporte retido por determinação do STF. Por isso, o pedido assinado pelo Pastor Henrique Vieira e pelo PSol pedem a prisão preventiva do deputado.

O ofício assinado também por outros parlamentares indica que a viagem representa risco de fuga e descumprimento das cautelares impostas pelo ministro do STF Alexandre de Moraes — o que violaria as condições fixadas pela Corte e colocaria em risco a execução da pena. O partido questiona como Ramagem conseguiu deixar o país se seu passaporte deveria estar retido, e pede que a Justiça avalie a possibilidade de extradição e acione mecanismos de cooperação internacional com os EUA.

Vieira argumenta que, ao não punir parlamentares com pendências judiciais que saíram do Brasil, como os casos de Carla Zambelli e de Eduardo Bolsonaro, ambos do PL de São Paulo, a Câmara cria uma “licença institucional para a impunidade”. “O Poder Legislativo tem blindado algumas figuras, e permitido que

elas fujam e mantenham seus privilégios, como salários e verbas de gabinete”, afirma.

A partida ocorreu na semana em que o Supremo publicou o acórdão que rejeitou os recursos do núcleo central da trama golpista — que inclui, além de Ramagem, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros seis réus. Alexandre de Moraes pode decretar a prisão dos condenados desse grupo nas próximas semanas.

Sem comunicação

Por meio de nota, a Câmara disse que não recebeu comunicação da viagem do congressista para os Estados Unidos. “A Câmara dos Deputados informa que não foi autorizada missão oficial no exterior para o deputado Delegado Ramagem, tampouco houve comunicação à Presidência de afastamento do parlamentar do território nacional”, afirmou.

A Casa acrescentou que o parlamentar apresentou atestados médicos entre 9 de setembro e 8 de outubro, e de 13 de outubro a 12 de dezembro. Procurada, a assessoria de Ramagem disse que não irá se manifestar sobre o caso. A Polícia Federal também afirmou que não tinha nenhum posicionamento sobre a saída do parlamentar do país. O **Correio** tentou contato com o presidente do Partido Liberal, Valdemar Costa Neto, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

Ex-diretor da Abin, Ramagem foi condenado pelo STF por montar uma estrutura paralela dentro da instituição para monitorar opositores e reforçar a narrativa golpista. O parlamentar, porém, não foi julgado pelos crimes de dano qualificado ligados aos ataques de 8 de janeiro de 2023. A Câmara suspendeu essa parte da ação por entender que os delitos teriam ocorrido após sua diplomação como deputado federal.

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Ramagem foi condenado na trama golpista por usar a Abin para favorecer o governo Bolsonaro

Derrite: “Esperei 15 dias pelo governo”

» LUANA PATRIOLINO

O deputado federal Guilherme Derrite (PP-SP) disse que esperou por um contato do governo federal por 15 dias, mas que só foi procurado quando o Executivo entendeu que o projeto Antifacção não sairia da pauta da Câmara. Ele afirmou que as sugestões feitas em videoconferência por representantes da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram incorporadas ao texto.

Derrite deve retornar ao cargo de secretário de Segurança Pública de São Paulo, na segunda-feira. Ele criticou as declarações públicas

da gestão federal sobre o relatório aprovado na Câmara dos Deputados. “Infelizmente, o governo preferiu falsas narrativas e ataques políticos”, disse.

O Projeto de Lei Antifacção foi aprovado após ter sido alterado seis vezes. O PL aumenta as penas pela participação em organização criminosa ou milícia e prevê apreensão prévia de bens do investigado. Foram 370 votos a favor do texto do relator, 110 contrários e 3 abstenções. O texto seguiu para análise do Senado e deve ser relatado por Alessandro Vieira (MDB-SE).

Derrite argumentou que as seis versões de seu relatório foram de

ajustes naturais. “Se precisasse, faria 10 relatórios. Não teve recuo nenhum”, afirmou, complementando que não teria em momento nenhum “diluído a atribuição da Polícia Federal” no texto, nem minado seus recursos.

“Estamos falando de um orçamento extraordinário. Se a Polícia Civil do Estado do Mato Grosso fizer uma operação de combate ao crime organizado, descapitalização de bens de empresas que fazem a lavagem de dinheiro do crime organizado, aquela Polícia Civil daquele estado vai pegar esse recurso extraordinário que não estava previsto, vai tirar o recurso do crime

organizado e ser incorporado para aquela Polícia Estadual que fez todo o trabalho. Se o trabalho foi feito em conjunto com a Polícia Civil de um estado e da Polícia Federal, a divisão é feita meio a meio, 50% para cada instituição”, ressaltou.

Questionado sobre ter apenas esperado contato do governo ou tê-lo procurado de forma ativa para discutir, Guilherme Derrite afirmou: “Quando o governo resolveu me atacar politicamente nas redes, não o procurei mais”. Para ele, a maneira como a votação do PL Antifacção foi conduzida foi muito ruim para o governo. **(Com Agência Estado)**



O Poder Legislativo tem blindado algumas figuras, e permitido que elas fujam e mantenham seus privilégios, como salários e verbas de gabinete”

Pastor Henrique Vieira, deputado federal